

James Louis Cavallaro e Maria Luisa Mendonça

CORREIO BRAZILIENSE

Todos os anos, representantes de governos e organizações não-governamentais de direitos humanos do mundo inteiro encontram-se durante seis semanas em Genebra para as sessões anuais da Comissão de Direitos Humanos da ONU. Essa é, sem dúvida, a reunião internacional mais importante da entidade, no que diz respeito aos direitos fundamentais, uma vez que a comissão representa sua principal instância.

O conteúdo das discussões em Genebra costuma enfatizar a universalidade dos direitos humanos e a defesa desses direitos em âmbito internacional. Apesar dos nobres valores defendidos durante as sessões, constatamos que a prática de muitos países-membros tem sido diferente.

Acompanhamos um exemplo recente, quando representantes da Federação Russa alegaram defender os direitos de sua população, enquanto suas tropas massacravam milhares de civis na Chechênia. O governo chinês, por sua vez, pronunciou-se em defesa do estado de direito, ao mesmo tempo em

que se registra a continuidade de violações sistemáticas de direitos básicos de expressão e de culto, principalmente contra o povo do Tibet.

Esse tipo de contradição entre discurso e prática tem sido verificado com frequência nos encontros de Genebra, inclusive em relação ao Brasil. Em suas intervenções, a missão brasileira tem defendido a democracia e os direitos humanos e o governo brasileiro acaba de apresentar uma resolução condenando o racismo como prática antidemocrática. Mas no que diz respeito a medidas concretas que a ONU possa tomar para evitar violações de direitos humanos no Brasil, o governo tem mantido completo silêncio.

Nos últimos anos, o relator especial da ONU sobre a tortura, Nigel Rodley, tem recebido denúncias preocupantes sobre a prática de tortura nas delegacias e centros de detenção no Brasil. Seu mais recente relatório, lançado no dia 6 de abril, contém cinco páginas sobre o Brasil. A quantidade e a variedade de tais denúncias mostram que esse ti-

po de violação acontece em praticamente todo o país.

Em diversas ocasiões, o relator Rodley tem solicitado permissão do governo brasileiro para visitar o país, com o objetivo de averiguar essas denúncias. Nos últimos quinze anos, o relator especial sobre a tortura já visitou dezenas de países. Esse trabalho tem contribuído muito para diminuir a prática de semelhante violação. No entanto, uma visita do relator especial poderia complicar a imagem do Brasil no exterior, especialmente se for constatado que a tortura é praticada de forma generalizada no país.

Até agora, a delegação brasileira junto à ONU tem adiado sua resposta à solicitação do relator Rodley. Nenhuma proposta concreta sobre sua visita ao Brasil chegou a ser elaborada. Essa postura tem prejudicado a imagem do governo brasileiro e tudo indica que as pressões se intensificarão. Após a apresentação do relatório de Rodley sobre o Brasil ao plenário da comissão, em 5 de abril, o representante da União Européia lamentou a indecisão do governo

brasileiro em relação à visita do relator. Essa postura coloca o Brasil ao lado da Indonésia e do Bahrain, países bastante conhecidos por violações aos direitos humanos.

Torna-se cada vez mais evidente a diferença entre a prática e o discurso do governo brasileiro em relação aos direitos humanos. Uma visita do relator Rodley ao Brasil poderia modificar essa imagem e colaborar para a implementação de ações concretas contra a tortura. Caso o governo brasileiro permita a investigação, será necessário criar condições de acesso a delegacias e centros de detenção, para que se possa formular um diagnóstico preciso do problema e, consequentemente, criar soluções para enfrentá-lo.

■ James Louis Cavallaro é advogado e diretor do Centro de Justiça Global. Foi diretor da Human Rights Watch no Brasil (1994-1999) e atualmente acompanha a 56ª sessão da Comissão de Direitos Humanos da ONU em Genebra.

■ Maria Luisa Mendonça é jornalista e diretora do Centro de Justiça Global. Foi diretora do Projeto Brasil, Setor de Direitos Humanos, da Global Exchange em São Francisco, EUA (1995-1999)